

Organização, Instalação e Implantação de uma Unidade do Exército na Amazônia: Experiências e Ensinaamentos¹

Paulo Sérgio Melo de Carvalho*

Resumo de monografia elaborada, pelo autor, como exigência curricular para a obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares.

A par de assuntos administrativos específicos, apresenta aspectos peculiares da profissão militar.

A Amazônia, desde a colonização portuguesa até nossos dias, tem-se constituído alvo de cobiça internacional e os mais diversos argumentos têm sido usados para justificar uma pretendida *planetarização* da área.²

O grande interesse porém que ela desperta reside na vasta fonte de matérias-primas, vegetais e minerais, que ela constitui, algumas de alto valor estratégico. E

a reboque de tais argumentos exercem-se os mais variados tipos de pressões sobre os países amazônicos.³

O Governo Federal tem procurado promover a integração e a interação da Amazônia, mormente durante o ciclo de presidentes militares, quando o sistema rodoviário na região foi incrementado, buscando sua efetiva colonização.

Em 1993, como consequência da execução de

manobras pelos Estados Unidos na Guiana e do possível massacre de índios ianomâmis na Venezuela, realizaram-se duas reuniões do Conselho de Defesa Nacional, em 10 e 17 de agosto, de que resultou a liberação de recursos para ativação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) e na criação do Ministério Extraordinário da Amazônia. Na ocasião, a presença norte-americana na Amazônia despertou o sentimento de desconfiança na sociedade brasileira quanto à eficiência do sistema de defesa da região, e a duvidosa matança dos ianomâmis gerou manifestações de repúdio por parte de vários organis-

* Major de Comunicações e Estado-Maior

¹ Selecionado pelo PADECEME.

² A floresta amazônica como "o pulmão" do mundo; a formação dos "grandes lagos amazônicos"; a preservação da cultura indígena; a manutenção da camada de ozônio; a incompetência dos países amazônicos para administrar a proteção da grande floresta tropical, etc.

³ Concessão de empréstimos financeiros vinculados a questões ecológicas; demonstrações de poderio militar via realização de manobras em território amazônico, entre outras.

mos internacionais de proteção dos direitos humanos.

Todavia, o Exército Brasileiro, desde a ocorrência de incidentes fronteiriços no norte do País, de que resultou a implementação do Projeto Calha Norte, vem orientando seu planejamento estratégico, com prioridade para o aumento do poder militar terrestre na área, adotando um dispositivo de expectativa.

A partir de 1985, foram implantados mais cinco Pelotões Especiais de Fronteira e um Batalhão Especial de Fronteira, através do Projeto Calha Norte e, por conta do Projeto de Estruturação do Exército (PEEx), o Batalhão Logístico e a Companhia de Comunicações, orgânicos da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª BdaInfSI) e o 1º Esquadrão do 2º Grupo de Aviação do Exército, ao tempo em que se transferia a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada (1ª BdaInfMtz), de Petrópolis/RJ para Boa Vista/RR, e a 16ª Brigada de In-

fantaria Motorizada (16ª BdaInfMtz), de Santo Ângelo/RS para Tefé/AM.

Verificou-se, assim, o incremento das atividades de organização, instalação e implantação⁴ de organizações militares (OM) do Exército nos estados da Amazônia, como consequência da criação, transformação ou transferência de unidades militares.

Pretende-se, abordar neste ensaio, a experiência vivenciada pelo autor, como primeiro comandante da 23ª Companhia de Comunicações de Selva, responsável pela sua instalação e implantação na cidade de Marabá/PA, em 1989 e 1990.⁵

Da oportunidade ímpar de implantar uma unidade do Exército em uma região com características bastante marcantes e especiais, almeja-se transmitir ensinamentos, nos campos do pessoal, material, instrução e psicossocial, que minimizem os óbices e facilitem o trabalho daqueles que, porven-

tura, venham a receber missão similar, honrosa e dignificante, de instalar e implantar um quartel, seja na Amazônia ou em qualquer parte do território nacional.

Deseja-se, também, oferecer alguma contribuição útil para o Estado-Maior do Exército (EME) e as Diretorias dos Departamentos, na implementação das atividades de planejamento para criação, transformação ou transferência de organizações militares, de modo a aumentar a eficiência e a eficácia da complexa sistemática de ativação de novas unidades da Força.

SISTEMÁTICA DE CRIAÇÃO DE UNIDADES DO EXÉRCITO BRASILEIRO

O Papel do EME

O Estado-Maior do Exército (EME) é o órgão de direção geral responsável pela preparação do Exército para o cumprimento de sua destinação constitucional. Ele é encarregado de estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar todas as atividades fundamentais relativas à atuação do Exército, na paz e na guerra.

A fim de cumprir sua missão regulamentar, o

⁴ Na execução deste artigo, entende-se, como *organização*, as atividades de planejamento; *instalação* refere-se a dispor para funcionar e, finalmente, *implantação* compreende-se como inauguração do aquartelamento.

⁵ Período caracterizado por grandes dificuldades econômico-financeiras para a Nação Brasileira, gerando reflexos extremamente negativos para o Exército Brasileiro e, conseqüentemente, para as atividades relativas à organização, à instalação e à implantação de novas OM pelo Projeto Força Terrestre 1990 (FT 90) na Amazônia.

EME possui seis Subchefias encarregadas da elaboração, coordenação, execução, e fiscalização das diversas políticas da Força Terrestre: 1ª (Pessoal), 2ª (Inteligência), 3ª (Doutrina, Política e Estratégia), 4ª (Logística e Mobilização), 5ª (Assuntos Especiais) e 6ª (Economia e Finanças).

Dentre as atribuições do EME, destacam-se, na área da organização e estruturação da Força Terrestre (FT): *proporcionar os elementos necessários às decisões do Ministro do Exército nas questões relativas à estrutura, à organização, à articulação, ao aparelhamento e ao adestramento da FT; supervisionar, coordenar e controlar as atividades de planejamento e modernização administrativa; e planejar, orientar e controlar em nível de direção geral as atividades relacionadas com o planejamento administrativo, informática, organização e métodos, estatística e patrimônio da União sob a jurisdição do Ministério do Exército.*

O Sistema de Planejamento do Exército

Após analisar a missão constitucional do Exército,

o EME estabelece a Doutrina Militar Terrestre (DMT), que trata da concepção doutrinária, política e estratégia do Exército a curto, médio e longo prazos.

No faseamento de desenvolvimento da DMT (concepção, planejamento, formulação, difusão e aplicação), surge o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX) com as finalidades de estabelecer uma meta de planejamento, racionalizar atividades de planejamento e execução das ações em vários níveis, acompanhando-as para realimentar e controlar o sistema; e propiciar as melhores condições para cumprimento da missão do Exército com eficiência, eficácia e efetividade.

Para alcançar os seus objetivos o SIPLEX divide-se em sete campos: 1 – missão do Exército, 2 – avaliação do Exército, 3 – política militar terrestre, 4 – concepção estratégica do Exército, 5 – diretrizes estratégicas, 6 – planos básicos e 7 – planos operacionais.

O SIPLEX-6 estabelece o Plano de Estruturação do Exército (PEEx), consubstanciando a organização e estruturação da Força para o preparo de curto prazo e para

suas projeções a médio e longo prazos, abrangendo um ciclo de trinta anos, iniciado em 1985, cujo objetivo é capacitar operacionalmente o Exército para atender ao seu emprego em cada área estratégica, mantendo forças de cobertura de pronto emprego nas fronteiras, reservas locais em profundidade e um núcleo central com a reserva estratégica.

Desse modo, organizou-se a denominada FT 90, que consubstanciou o PEEEx para o quinquênio 1986-1990, e determinou-se a execução de oito programas básicos de estruturação da Força, abrangendo o completo de pessoal e equipamento, a aquisição de viaturas e blindados, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, a pesquisa e desenvolvimento, a formação de pessoal, a Aviação do Exército e a Informatização.

As adversidades financeiras enfrentadas ao longo do período, principalmente nos anos de 1989 e 1990, e a reduzida dimensão dos recursos destinados à defesa no Brasil⁶ dificultam a realização

⁶ Situado entre os mais baixos do mundo, à luz de quaisquer parâmetros de comparação.

plena desses programas no seu conjunto. A consecução do PEEEx torna-se prejudicada, fazendo com que unidades militares em organização não iniciem o seu funcionamento em condições satisfatórias, essencialmente pela falta de material bélico, fundamental para o emprego de qualquer tropa.

O Plano Diretor do Exército

Para viabilizar a conquista dos objetivos, metas e ações previstas no PEEEx, o EME formula o Plano Diretor do Exército (PDE), documento básico do Sistema de Planejamento Administrativo do Ministério do Exército (SIPA/MEEx), que compreende as atividades de planejamento administrativo, programação e orçamento. O SIPA/MEEx tem, como

órgão central, o EME; como órgão complementar, a Secretaria de Economia e Finanças (SEF); como órgãos setoriais (OS), os Departamentos e suas Diretorias; como órgãos regionais, as Regiões Militares (RM) e as Organizações Militares (OM) e, finalmente, como órgãos vinculados, os supervisionados pelo Ministério do Exército.

O PDE define, orienta, consolida e coordena as ações a serem desenvolvidas nos diversos escalões administrativos, de modo a atender às necessidades do Exército, visando ao cumprimento de suas missões. Resulta em um processo contínuo e sistemático de planejamento, programação, execução, controle e avaliação, possuindo a seguinte composição básica:

Livro 1 – documento essencial do PDE, reproduz os objetivos, metas e ações fundamentais para o cumprimento das missões do Exército;

Livro 2 – contém os Planos Setoriais (PS), relativos a todos os Projetos/Subprojetos e Atividades/Subatividades do Ministério do Exército, elaborados pelos OS, com base no Livro 1;

Livro 3 – formado pelos Programas Plurianuais Setoriais (PPS), que são documentos elaborados pelos OS, coordenados e consolidados pelo EME. Operacionalizam os PS, através da quantificação física e financeira das necessidades dispostas em ordem de prioridade, ajustando a programação com os recursos disponíveis ano a ano. Sua exe-

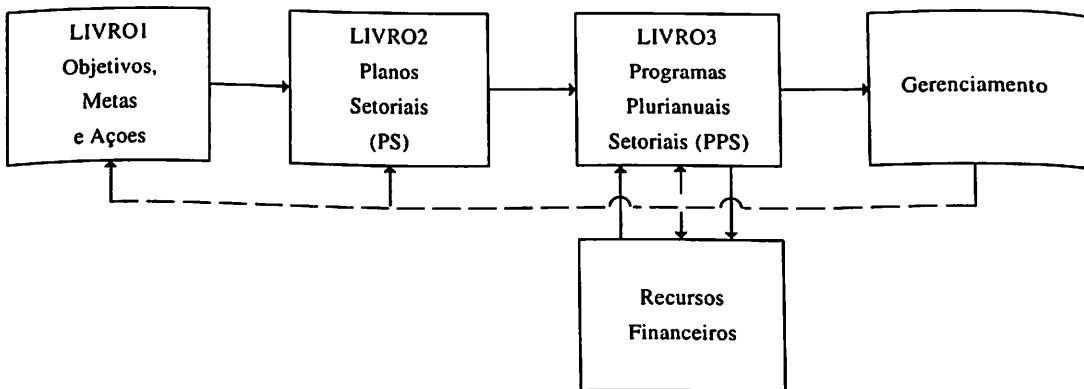


figura 1: Composição e Funcionamento do PDE

ção cabe aos órgãos gestores de projetos ou atividades, geralmente os próprios OS ou órgãos de apoio setoriais (OAS).

O gerenciamento consiste na realização de ações de acompanhamento, coordenação, supervisionamento e avaliação de programas, visando a assegurar o nível de desempenho desejado na sua execução.

A figura 1 representa, sinteticamente, como o EME realiza o acompanhamento, a coordenação e o controle das atividades referentes ao funcionamento do PDE

O Projeto de Reparcelhamento do Exército visa a dotar as OM com todo material necessário ao seu emprego operacional, almejando obter, em todas elas, o nível de 100% do material previsto em seus Quadros de Dotação de Material (QDM). Entretanto, devido à impossibilidade de recompletar todas as unidades de uma só vez, adotam-se níveis na distribuição e recompletamento das Dotações Orgânicas (DO): operacionalidade plena (OP), limitada (OL) e restrita (OR), correspondendo a 90, 75 e 50%, no mínimo, da dotação de material prevista nos QDM.

O EME também define prioridades, devendo ser observada a mais alta (P1) no reaparelhamento corrente. As OM com prioridade 2 (P2) só podem ser atendidas quando as de precedência P1 tiverem seus níveis atingidos, e assim sucessivamente.

As OM recentemente ativadas na Amazônia, seja por criação, transferência ou transformação, possuem o nível de operacionalidade plena (OP) e prioridade P1.

Implementação de novas Organizações Militares

O EME adota o limite longo de seis anos para ultimar o processo de ativação de uma OM com operacionalidade plena (OP) e prioridade P1, isto é, a partir da sua portaria de criação considera-se esse período de tempo, no máximo, para concluir a sua implantação com a incorporação do Efetivo Variável (EV).⁷

Assim sendo, o cronograma constante da Tabela 1 (a seguir) deve ser obedecido.

Em cada órgão do SIPA/MEx existe um gerente para cada projeto ou programa,

responsável pelo seu desenvolvimento físico na sua área de atuação. Considerando o Projeto FT 90, no EME havia o gerente para todo o Exército e existia um gerente para o projeto em questão em cada OS, nas RM⁸ e nas OM em organização,⁹ normalmente o comandante da unidade.

A CRIAÇÃO DA 23ª COMPANHIA DE COMUNICAÇÕES DE SELVA

A 23ª Companhia de Comunicações de Selva (23ª CiaComSI) é orgânica da 23ª BdaInfSI. Sua missão é instalar, explorar e manter o sistema de comunicações em apoio às operações dessa Grande Unidade (GU) de fundamental importância para a defesa da Amazônia.

Organização

O Livro 2 do PDE, no que se refere ao PPS da 23ª CiaComSI, previa as atividades da Tabela 2 (a seguir) e respectivos prazos de implementação.

A 23ª CiaComSI foi criada na data prevista e os

⁷ Efetivo de recrutas.

⁸ Geralmente o Chefe do Escalão Logístico.

⁹ Normalmente o Comandante da Unidade.

TABELA 1: Ciclo de Implementação de Novas Organizações Militares

ANO	EVENTOS	ÓRGÃO(S)
1ª	Estudos iniciais objetivando uma decisão sobre a conveniência e a viabilidade da ação a ser conduzida.	3ª Sch/EME
	Portaria de criação, transferência ou transformação de OM	1ª Sch/EME
	Aprovação do QO, atribuição do Código de Organização Militar (CODOM) e do grupamento de incorporação.	1ª Sch/EME
	Definição do material básico e específico da OM.	4ª Sch/EME
2ª	Legalização de imóveis, estudos, projetos, especificações e custos.	DEC ¹¹
3ª	Confecção dos PS e PPS pelo EME e OS/OAS, contendo os eventos de início das obras civis e de incorporação do EV. Licitação e contratos para a execução de obras civis.	6ª Sch/EME, DEC, DMB, ¹² DGS, ¹³ DEP, ¹⁴ DGP ¹⁵
4ª	Início da construção civil, licitação e contratos para o começo do aparelhamento da OM.	DEC, DMB, DGS
5ª	Término da construção civil e do aparelhamento da OM.	DEC, DMB, DGS
	Portaria de ativação da OM no 1º bimestre.	1ª Sch/EME
	Inclusão das necessidades de funcionamento e setoriais da OM no planejamento e programação dos OS. ¹⁶	Todos OS
6ª	Incorporação do Efetivo Variável.	—

Tabela 2: Cronograma de ativação da 23ª CiaComSi

ESPECIFICAÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
Criação e organização da OM: Port. Min. nº 046-Res., 16.Out.86	EME/1ª Sch	--
CODOM e Grupamento de incorporação		--
Distribuição do efetivo e do Núcleo Base (NB)		--
Seleção e designação do contingente	8ª RM	Ago/Out.89
Classificação e movimentação do comandante da companhia (Comt Cia)	DGP/DMOV	Set/Nov.89
Encargos de mobilização	EME/4ª Sch	Out.89
Classificação e movimentação dos quadros e NB	DGP/DMOV ¹⁵	Out/Dez.89
Construção do quartel	DEC/DOM ¹⁶	Dez.89
Autonomia administrativa	EME/6ª Sch SEF	Dez.89
Armamento	DMB/DAM ¹⁷	
Material de motomecanização	DMB/DMM ¹⁸	
Material de engenharia	DMB/DME ¹⁹	
Material de comunicações de campanha e eletrônica	DMB/DMCE ²⁰	
Munição	DMB/DAM	
Material de telecomunicações	DEC DTelecom ²¹	
Material de intendência (uso corrente e de campanha)	DGS/DMI ²²	
Material de saúde (instalações fixas e de campanha)	DGS/DSau ²³	
Incorporação	8ª RM	
Construção das residências	DEC/DOM	Dez.90

quadros de organização de efetivos e material foram aprovados no mesmo ano, com a estrutura idêntica das demais subunidades isoladas de comunicações, ou seja, a quatro pelotões¹⁰.

Nomeou-se o comandante da companhia (Cmt Cia) em 2 de maio de 1989, o qual devia estar pronto para o serviço, em Marabá, até o dia 30 de junho do mesmo ano, prazo que foi dilatado para 30 de julho, para minimizar problemas particulares do oficial, considerando que não recebeu nenhuma comunicação prévia.

O Cmt Cia nunca tinha servido na Amazônia e não

realizou sequer um estágio em Brasília/DF. Não recebeu nenhuma instrução, correspondência ou orientação sobre o Projeto FT 90, o SIPLEX, o PDE e outras normas relativas à criação de OM.

Inicialmente, o Comando da 23ª BdaInfSI tencionava colocar o Cmt Cia na função de Ajudante-Geral do Quartel-General. Tal fato não se consumou graças à interferência do comandante do 23º BLogSI, que havia implantado a sua unidade em janeiro de 1989.

O comandante não pode selecionar seus oficiais. Foram recrutados aqueles que possuíam mais tempo nas respectivas guarnições, seguindo-se as normas de movimentação do Exército. Apenas o pertencente ao Quadro Auxiliar de Oficiais, de Material Bélico, era voluntário para servir em guarnição de primeira categoria, na qual Marabá se inclui.

Nenhum dos oficiais tinha servido na região amazônica e os primeiros subtenentes e sargentos chegaram apenas no final de 1989. Não havia nesse universo sequer um militar com curso de operações na selva.

Os cabos e soldados do NB²⁶ foram recrutados de

unidades de todo País, mediante requerimentos dos interessados, havendo uma predominância de voluntários da cidade do Rio de Janeiro/RJ e dos estados da Amazônia.

Como todas as unidades da 23ª BdaInfSI, a 23ª CiaComSI recebeu a designação do EV²⁷ para o Grupamento A (fevereiro de cada ano), e já devia incorporar em 1990.

A OM recebeu a concessão de semi-autonomia administrativa, a partir de 1º de janeiro de 1989, realizando o controle integral de seu material orgânico.

Instalação

Em 24 de julho de 1989, o Cmt Cia recebeu a missão do Comandante da Brigada (Cmt Bda) de implantar a unidade no início de 1990. Dois dias após, juntamente com o mestre de obras da construtora responsável pela edificação do quartelamento, acompanhou o Chefe do Estado-Maior do CMA²⁸ em visita às instalações da OM.

Iniciou-se a organização da 1ª Seção da Companhia, com a análise de toda documentação já destinada à OM. Cabe ressaltar que todos os documentos estavam

¹⁰ Um de Comando e Serviços, dois de Comunicações de Posto de Comando e um de Comunicações de Posto de Comando Recuado.

¹¹ Departamento de Engenharia e Comunicações.

¹² Departamento de Material Bélico.

¹³ Departamento Geral de Serviços.

¹⁴ Departamento de Ensino e Pesquisa.

¹⁵ Departamento Geral do Pessoal.

¹⁶ Órgãos Setoriais.

¹⁷ Diretoria de Movimentação.

¹⁸ Diretoria de Obras Militares.

¹⁹ Diretoria de Armamento e Munições.

²⁰ Diretoria de Motomecanização.

²¹ Diretoria de Material de Engenharia.

²² Diretoria de Material de Engenharia e Eletrônica.

²³ Diretoria de Telecomunicações.

²⁴ Diretoria de Material de Intendência.

²⁵ Diretoria de Saúde.

²⁶ Núcleo-base.

²⁷ Efetivo variável.

²⁸ Comando Militar da Amazônia.

reunidos na 4ª Seção do Comando da 23ª BdaInfSI e já havia cobranças de algumas diretorias pelo não cumprimento dos prazos previstos nos calendários de obrigações.

Com a chegada de mais dois oficiais e após a reunião de onze cabos e dois soldados que se encontravam adidos à CiaC/23ª BdaInfSI, instalou-se o núcleo de implantação da unidade em seis dependências do 23º BLogSI. Observou-se, nesse efetivo, a ausência de subtenentes e sargentos, bem como o fato de 19% dos cabos e soldados serem constituídos de militares nascidos na Amazônia e 50% oriundos da cidade do Rio de Janeiro.

Formou-se nessa equipe um espírito-de-corpo através da mística segundo a qual todos constituíam os pioneiros da primeira unidade de Comunicações de Selva do nosso Exército, do acompanhamento cerrado dos oficiais junto aos cabos e soldados, da prática diária do treinamento físico e pela similitude dos problemas particulares de adaptação a uma região desconhecida.

A ausência do material essencial para o funciona-

mento da OM obrigou a todos a uma grande dose de sacrifícios e o emprego de muita imaginação, criatividade e determinação para vencer os obstáculos, desenvolvendo-se a mentalidade pela qual o trabalho de todos e de cada um era fundamental para o cumprimento da missão da melhor maneira possível.

A companhia estruturou-se no quartel do 23º BLogSI em Comando, 1ª Seção, 4ª Seção, Almoxarifado e Pelotão de Comando e Serviços. Graças ao apoio em material do 23º BLogSI, a OM principiou o seu funcionamento, precário e de forma improvisada, com três mesas de campanha, quatro bancos de campanha, dez camas beliches, doze colchões e duas mesas de refeitório, sendo uma a do Cmt Cia. Teve-se de recorrer à doação de madeira por uma firma civil e, após a montagem de uma equipe de carpinteiros, dinamizou-se uma produção considerável de mesas, bancos e estantes.

A preocupação inicial foi estabelecer, com rapidez, as condições mínimas de funcionamento nas atividades de secretaria, pessoal e material, fundamentais para o

desempenho vegetativo de qualquer OM. A Companhia já contava com dois subtenentes e quatro sargentos do 23º BLogSI, que passaram à disposição da unidade, por determinação do Cmt da 23ª BdaInfSI, e foram assim distribuídos: os subtenentes, um como encarregado da Reserva de Material e o outro no Almoxarifado e os sargentos, dois na 4ª Seção e dois na 1ª Seção.

Houve grande dificuldade para estabelecer as rotinas nas seções de pessoal e material, pela ausência de legislação básica e dos diversos calendários de obrigações, aliada à falta de qualificação específica do pessoal disponível. Realizou-se cópia da documentação existente na Guarnição de Marabá e solicitou-se à 8ª RM e ao Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF) os manuais atinentes às diversas categorias.

A OM não dispunha de máquinas de escrever. Assim sendo, todos os documentos foram manuscritos, até o empréstimo de três máquinas datilográficas: uma do 23º BLogSI, uma do 52º BIS e uma de um oficial da companhia.

O 23^a BLogSI emprestou, para a unidade, uma viatura operacional de 2 ½ toneladas, que cumpria todas as missões de transporte, desde a condução dos militares para o expediente até a execução de tarefas administrativas.

A OM vinculou-se, para fins de alimentação, ao 23^a BLogSI, apesar de subordinar-se, administrativamente ao Comando da 23^a BdaInfSI. Considerou-se a proximidade física das duas OM e o fato de o Cmt do 23^a BLogSI ter recebido a missão, do Cmt da 23^a BdaInfSI, de apoiar o Cmt da 23^a CiaComSI na instalação da sua OM.

O 23^a BLogSI recebeu e armazenou o seguinte material, que passou ao controle da companhia após sua devolução conferência: da DMM, doze reboques – uma cisterna de água de 1.500 litros, de 1/4 de tonelada e sete de 3/4 de tonelada; da DM, a dotação completa de fuzis, metralhadoras 9 mm, pistolas e instrumentos óticos; da DME, um equipamento de iluminação elétrica nº 3, um curvímetro, um detetor de minas, uma trena de 50 metros e um bastão de sondagem; da DMI, material de

fardamento individual para o efetivo de 20 (vinte) soldados e máquinas elétricas para cozinha²⁹, um bebedouro elétrico, três geladeiras de 250 litros e três ventiladores de mesa – todos equipamentos adquiridos no comércio de Marabá pelo 23^a BLogSI; da DSau um gabinete odontológico, material específico de formação sanitária e alguns aparelhos médicos; e da DTelecom, um episcopio, dois retroprojetores, um projetor de slides, uma câmara fotográfica, dois televisores coloridos, um gravador-reprodutor de vídeo cassete e duas telas para projeção.

Ressalte-se que o Comando da 23^a BdaInfSI já havia adquirido material de expediente e higienização para o funcionamento inicial da OM.

Após verificação física de todo material existente e estruturação básica das 1^a e 4^a Seções, principiou-se o recebimento das instalações da OM. O 52^a BIS (52^a Batalhão de Infantaria de Selva) apoiou a unidade com

quatro sargentos, possibilitando a formação de uma equipe composta de dois oficiais, três sargentos e oito cabos e soldados, que teve a missão específica de verificar o funcionamento de todas as dependências do quartel, recebendo a denominação de “equipe de obras”.

O chefe da 4^a Seção da Cia não participou diretamente dessa equipe. Apenas recebia os pavilhões, para fins de inclusão em carga e colocação em funcionamento. Havia uma grande preocupação do comando da OM em implantá-la sem problemas na carga do material e compatibilizada com o sistema de patrimônio do Ministério do Exército (PATRIMEX).

O quartel da 23^a CiaComSI compõe-se de quatro pavilhões: do comando (prédio de dois pisos), subunidade, rancho e de terceiros; corpo da guarda; garagem; posto de combustível;³⁰ campo de futebol com caixas de saltos/arremessos³¹ e pista de atletismo; duas quadras polivalentes e

²⁹ Cortador de frios, descascador de batatas, moedor de carne, serrador de ossos, espremedor de frutas e cafeteira — uma de cada.

³⁰ Dois reservatórios — 15.000 litros de óleo diesel e 15.000 de gasolina.

³¹ Distância, altura, dardo e peso.

uma pista de pentatlo militar (PPM).

Como nenhum oficial possuía curso de Engenharia Civil, houve necessidade de o comandante e chefes da 4ª e da 3ª Seções (também chefe da “equipe de obras”) aprenderem a interpretar as especificações técnicas da obra e os diversos tipos de plantas (baixa, hidráulica, elétrica, telefônica e outras) e projetos (de incêndio, telefônico, arquitetônico, arborização, etc.), pois a unidade, curiosamente, recebeu a obra diretamente da construtora. A Comissão Regional de Obras da 8ª RM (CRO/8) só era acionada quando ocorria alguma discrepância entre os citados documentos técnicos e a construção propriamente dita, principalmente as especificações técnicas. Ressalte-se que a Residência Técnica de Marabá da CRO/8 já havia sido desativada e o fiscal militar da obra era um primeiro-tenente temporário engenheiro civil.

Houve necessidade de a “equipe de obras” ordenar e catalogar todas as plantas do aquartelamento, que foram entregues à OM pela construtora totalmente desorga-

nizadas em uma caixa de papelão.

Os trabalhos de recebimento das instalações iniciaram-se em 8 de agosto de 1989, enfatizando-se o trabalho metucioso da “equipe de obras” na verificação do cumprimento das já citadas especificações técnicas pela construtora e das condições de funcionamento básico das dependências, entre outras: abertura e fechamento das portas e janelas sem restrições, reboco das paredes, vazamentos nas pias e vasos sanitários, escoamento de água nos banheiros e teste das luminárias. Após a entrega de cada pavilhão pela construtora, uma subequipe ficava responsável pela sua conservação e manutenção.

O termo de recebimento provisório do aquartelamento foi confeccionado em 17 de novembro de 1989, tendo as principais pendências listadas no Anexo 1.

No Anexo 2, estão catalogadas algumas observações do usuário quanto ao projeto de construção da OM.

O recebimento definitivo da obra somente ocorreu em 16 de agosto de 1991, após a construtora solucionar os

principais problemas, persistindo as seguintes alterações, entre outras: falta de documentação relativa às especificações técnicas e plantas; erosão no campo de futebol e PPM, além de sinais de recalque no piso da garagem; castelo de água com vazamento e sistema de drenagem de água da PPM deficiente; existência de um transformador de 45 KVA desligado, foi considerado em reserva; uma caixa de água do pavilhão de terceiros foi entregue sem tampa; aquecimento solar da cozinha inoperante; não instalação do aparelho de purificação de óleo diesel; recebimento de equipamento de posto de lubrificação sem nota fiscal; não confecção do brasão com as Armas da República; paiol com infiltração no teto e nas paredes pista de atletismo sem condições de utilização.

Após um contato com o Escalão Logístico da 8ª RM verificou-se a existência de material de escritório e de campanha estocado no Depósito Regional de Material de Intendência da 8ª RM (DRMI/8ª RM), em Belém PA. A Diretoria de Transportes não dispunha de verbas para levar esse material

até Marabá. Assim o Cmt da 23ª CiaComSI seguiu para a capital paraense com uma viatura de 2 ½ toneladas do 23º BLogSI, retornando após uma semana com mesas de escritório, arquivos de aço, cadeiras, mesas de reunião, barracas para dez praças e dois toldos.

A partir de 30 de setembro de 1989, a companhia iniciou o funcionamento em suas instalações com o efetivo de um capitão, quatro tenentes, dez subtenentes/sargentos (do 52º BIS e do 23º BLogSI) e vinte e seis cabos/soldados. Principiou-se a organização da 3ª Seção e houve necessidade de obter a legislação básica de outras companhias de comunicação (1ª CiaComSI e 2ª CiaComBld) bem como de adaptar-se às peculiaridades da instrução das unidades de selva.

A Companhia participou da manobra do período de adestramento avançado da 23ª BdaInfSI com dois oficiais e cinco cabos/soldados, além de empregar três das cinco viaturas de ½ tonelada (Xingu), fornecidas pela DMM em meados de setembro de 1989. A OM recebeu, a partir de 1991, as seguintes viaturas: um automóvel

Opala do Cmt da 23ª BdaInfSI, um microônibus e uma viatura de 2 ½ toneladas (ambas restauradas pelo 23º BLogSI).

A Fundação Nacional de Saúde (Fundação SESP) emprestou uma máquina de escrever em outubro de 1989, permitindo que a OM terminasse o ano com quatro máquinas datilográficas, nenhuma da sua dotação orgânica.

A carpintaria foi de vital importância para possibilitar as condições mínimas de trabalho para as seções de estado-maior, alojamentos, corpo da guarda e reserva de material. Foram confeccionadas diversas estantes e caixas com aldrabas, que eram os armários dos militares.

A cozinha estava pronta para funcionar a partir de outubro de 1989, mas a OM não dispunha de nenhum utensílio de rancho para a confecção da alimentação. Estruturou-se a equipe do serviço de provisionamento para realizar a manutenção preventiva dos equipamentos e das dependências, controlar o material carga e servir a alimentação, que era preparada no 23º BLogSI. Ressalte-se que a unidade não possuía nenhum botijão

de gás, tendo de utilizar fogo a lenha, até o empréstimo de quatro garrafas pelo 23º BLogSI.

A primeira confraternização de todo efetivo ocorreu em 10 de novembro de 1989, com a realização de um torneio de futebol e de um churrasco nas quadras polivalentes, custeado por todos os militares da OM.

Depois da carpintaria confeccionar os suportes das armas, em novembro de 1989, a reserva de armamento foi ativada com 173 fuzis, 95 pistolas, 11 metralhadoras 9 mm e 10 carabinas.

A OM terminou o ano de 1989 organizada em Comando, 1ª Seção, 2ª/3ª Seção, 4ª Seção, Pelotão de Comando e Serviços, Almoxarifado e Aprovisionamento.

Implantação

No final de janeiro de 1990, a unidade ultimou a sua organização básica, estruturando os seus pelotões operacionais de comunicações³², sem qualquer material de comunicações e com o pessoal constante da Tabela 3. (a seguir)

³² 1º e 2º Pelotões de Posto de Comando; 1º e 2º de Comunicações de PC e o Pelotão de Comunicações de PCR.

Tabela 3: Efetivo De Implantação da 23ª CiaComSI

POSTO/GRADUAÇÃO	PREVISÃO	EXISTÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Capitão	01	01	Aperfeiçoado
1ª Tenente (Comunicações)	06	03	Todos de carreira
1ª Tenente (Intendência)	01	-	--
1ª Tenente (Médico)	01	01	Recém-egresso da EsSEx
2ª Tenente QAO Moto	01	01	--
2ª Tenente (Comunicações)	03	03	Todos temporários
2ª Tenente (Intendência)	01	-	Claro para temporário
Aspirante-a-Oficial	-	02	01 Médico e 01 Dentista
Subtenente	04	01	--
1ª Sargento	08	01	--
2ª Sargento	13	08	--
3ª Sargento	45	26	19 recém-formados na EsSA
Cabos (Cb)	67	46	17 claros eram de Cb EV
Soldados (Sd)	118	09	35 claros eram de Sd EV
SOMA	269	102	-

Apesar dos esforços dos comandantes da 23ª BdaInfSI e da 23ª CiaComSI para não realizar a incorporação do EV em 1990 pela falta de material, a unidade teve de incorporar 81 recrutas em 5 de fevereiro de 1990, por determinação do escalão superior. Tal decisão contribuiu para aumentar o espírito de corpo do pessoal NB e despertar no recruta o amor pela nova OM do Exército Brasileiro, embora todos os comandantes dos pelotões operacionais de comunicações fossem tem-

porários, o grande número de 3ª sargentos inexperientes e o pouco tempo de organização dos pelotões.

A Companhia foi inaugurada em 9 de fevereiro de 1990, e iniciou o Período Básico estruturada em três escolas de instrução (1ª PelComPC, 2ª PelComPC e PelComPCR) com cinco instrutores e trinta instruídos, em média, por pelotão. Até a chegada dos três tenentes temporários, a instrução foi conduzida centralizadamente pelo chefe da 3ª Seção.

Houve alguma dificuldade na reestruturação de seções de estado-maior, pela falta de pessoal habilitado para funções burocráticas e pela escassez de tempo para o comandante da companhia selecionar o pessoal, através de entrevista e da análise das alterações. Após a passagem de funções para os militares da companhia, no final de fevereiro de 1990, os subtenentes/sargentos que estavam à disposição da OM retornaram às suas unidades.

Houve problema de moradia para os subtenentes,

sargentos, em virtude de não terem sido construídas cinquenta residências previstas no PDE. Na Guarnição existem apenas 207 próprios nacionais residenciais (PNR) para atender a quatro OM e a cidade não possui infraestrutura para cobrir a demanda em boas condições, obrigando os militares a não trazerem seus dependentes ou a dividirem casas com companheiros – existiam até três famílias que residiam sob o mesmo teto.

Muitos cabos/soldados já apresentavam uma situação financeira crítica, alguns já deviam somas consideráveis no comércio local, tornando-se fato rotineiro a cobrança das dívidas pelos comerciantes junto ao comando da OM. Muitos constituíram família com moças da cidade, principalmente aqueles que não eram da região amazônica.

A 23ª CiaComSI apresentava a situação abaixo discriminada nos diversos setores, para o início dos seus trabalhos:

Aprovisionamento: não havia nenhum utensílio de cozinha (Conjuntos “A” a “F” e “N” e Grupos Alfa, Bravo e Gama), bem como, das mesas para refeitório de

seis e oito lugares, faltavam quinze e quatorze, respectivamente. Graças ao empréstimo de mesas, painéis, marmitas térmicas, copos, talheres, pratos, jarras, xícaras e outros materiais pelas unidades da guarnição de Marabá, além da contribuição mensal voluntária correspondente ao valor de duas cervejas de todos oficiais e sargentos da unidade, a primeira refeição da 23ª CiaComSI foi preparada na própria OM em 1ª de março de 1990. A unidade continuava utilizando os botijões de gás emprestados pelo 23º BLogSI. Essa unidade havia comprado com verba da Diretoria de Intendência alguns equipamentos de cozinha, especificados no item Instalação, que também foram fornecidos pela firma construtora.

Alojamento: não existia nenhum armário de aço e faltavam duzentos e sessenta e oito colchões e travesseiros de espuma. A unidade possuía sessenta colchões e travesseiros do 23º BLogSI, que eram divididos entre os diversos militares residentes no quartel – por exemplo, o alojamento do Cmt Cia dispunha de uma cama da campanha e de uma mesa construída na carpintaria.

Para os recrutas foi estabelecido um sistema de rodízio durante o internato. Como a OM só possuía colchões e travesseiros suficientes para apenas um pelotão, cada dia da semana os recrutas de um pelotão dormiam nos colchões e os dos outros dois pelotões nos estrados dos beliches. Alguns tiveram a idéia de armarem rede entre as colunas dos seus beliches, o que foi aprovado e elogiado pelo comando da unidade. Cada recruta dispunha de um beliche, cuja parte superior era o seu armário, onde colocava o saco de campanha e a caixa de madeira preparada pela carpintaria.

Seções do Estado-Maior, Pelotões e Reserva de Material: do material de escritório previsto, faltavam quinze máquinas de escrever, seis armários para livros EB-A3, doze mesas EB-M2 e onze cadeiras EB-C2. As quatro máquinas datilográficas emprestadas estavam assim distribuídas: 1ª, 2ª/3ª e 4ª Seções – uma cada, sendo a última dividida entre o almoxarifado e o provisionamento. A documentação dos Pelotões era manuscrita, bem como a das seções referentes aos trabalhos internos. Alguns militares traba-

lhavam à noite para aproveitar a disponibilidade das máquinas de escrever. A carpintaria fabricou estantes de grande porte, para a reserva de material, e mesas para os pelotões. O Círculo Militar de Marabá cedeu cerca de vinte cadeiras de plástico descarregadas. A OM executava cópia xerográfica da documentação na Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR), sem qualquer ônus.

Material de Intendência de Campanha: a OM não dispunha de Bandeira Nacional (a primeira da unidade foi doada pelo 23^a BLogSI), fogueira de campanha, insígnia de comando, lampião de campanha, rede de selva e talher de aço inoxidável. Não havia cintos de campanha, coldres, mochilas e bornais para todo efetivo previsto. Latrinas, lavatórios, mesas de campanha, chuveiros e biombos foram confeccionados com recursos expeditos.

Armamento e Munição: a OM não tinha recebido, apenas, as metralhadoras .50, os lança-rojões e as máscaras contra gases. A munição foi suficiente, existindo cerca de 67% da dotação prevista de cartuchos comuns 7,62 e 9 mm.

Motomecanização: a situação era crítica. De um total de 76, a Companhia só dispunha das 5 viaturas de ½ tonelada (Xingu) e de 1 operacional de 2 ½ toneladas, emprestada pelo 23^a BLogSI.

Material de Engenharia: a Companhia não tinha recebido nenhuma bússola e não possuía sequer uma lanterna, pois não havia previsão na dotação de material. Apenas o Quadro de Distribuição de Efetivos determinava a existência, nos pelotões, de pilotos e auxiliares de embarcação fluvial. A OM dispunha de três geradores de campanha, sendo um em excesso.

Formação Sanitária: a Diretoria de Saúde havia fornecido praticamente todo material, inclusive de campanha, faltavam apenas alguns medicamentos e equipamentos do gabinete odontológico.

Material de Telecomunicações: a OM possuía a única central telefônica PABX da Guarnição e oito linhas telefônicas, sendo três comerciais e cinco residenciais. O comando da

23^a BdaInfSI solicitou, à DTelecom, a troca de sua central telefônica PBX pela da 23^a CiaComSI, que inclusive já estava incluída em carga. Faltava receber apenas a câmara de vídeo com tripé e o cineprojetor de 16 mm.

Material de Comunicações e Eletrônica: os pelotões operacionais de comunicações não possuíam nenhum equipamento de comunicações e eletrônica, impossibilitando que a 23^a CiaComSI realizasse sua missão precípua e obrigando a OM recorrer ao empréstimo de material das outras unidades da Guarnição para a qualificação do efetivo variável de comunicações, abrangendo o pessoal da CiaC/23^a BdaInfSI, do 52^a BIS³³ e do 23^a BLogSI. Ressalte-se que, no ano de 1990, já funcionou na Companhia o curso de formação de sargentos temporários, no âmbito da 23^a BdaInfSI.

ENSINAMENTOS OBTIDOS

No Campo do Pessoal

O comandante da unidade é a peça fundamental para

³³ CiaC/23^a BdaInfSI — Companhia de Comando da 23^a Brigada de Infantaria de Selva; 52^a BIS — 52^a Batalhão de Infantaria de Selva.

a consecução de uma implantação correta, eficiente e eficaz, precisando receber a missão dentro de um prazo que possibilite uma adequada preparação intelectual.

Há necessidade de o EME realizar um estágio para o comandante, abordando assuntos relacionados com a sistemática de criação de unidades e possibilitando a obtenção de diversas informações nos Departamentos/Diretorias, fundamentais para que conheça seus limites de competência e os meios disponíveis em pessoal, material, situação patrimonial e recursos financeiros.

A Amazônia possui características marcantes em todos os campos do poder nacional. Assim, o primeiro comandante de uma OM da área deve possuir experiência profissional em ambiente de selva, principalmente no domínio das suas peculiaridades psicossociais, fisiográficas e militares.

A instalação e implantação de uma unidade requer muita dedicação, liderança, tato, altruísmo, vivência de corpo-de-tropa e conhecimento administrativo de

quem a coordena a nível OM. Essa missão torna-se facilitada, se o oficial designado para cumpri-la já tiver comandado uma unidade ou subunidade isolada.

Os oficiais são a mola propulsora de qualquer OM. Seu primeiro comandante necessita selecionar os membros do seu estado-major e comandantes de

A Amazônia possui características marcantes em todos os campos do poder nacional. Assim, o primeiro comandante de uma OM da área deve possuir experiência profissional em ambiente de selva, principalmente no domínio das suas peculiaridades psicossociais, fisiográficas e militares.

subunidades, independente das normas de movimentação do Exército e dos interesses particulares dos escolhidos.

As atividades de recebimento do aquartelamento e do material determinam que, no universo dos oficiais, exista, pelo menos, um com experiência comprovada nos trabalhos atinentes à Fiscalização Administrativa.

Todos os oficiais devem ser de carreira, com pelo menos dois anos de formados. Não existe Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) na região amazônica, sendo os oficiais temporários geralmente oriundos do CPOR/Recife que, além de compreensível baixa qualificação e falta de experiência profissional, ainda precisam adaptar-se às peculiaridades da região.

A instalação de uma OM carece da participação efetiva dos seus subtenentes/sargentos, que precisam ser nela classificados no mesmo período dos oficiais, evitando-se solução de continuidade nos trabalhos administrativos e a adoção de medidas paliativas, como a passagem de praças à disposição da unidade a ser implantada. Torna-se necessário evitar a classificação de um número expressivo de sargentos recém-formados, procurando-se dotar a unidade com o máximo de primeiros e segundos sargentos.

A importância dos trabalhos das 4ª e 1ª Seções durante as fases de instalação e implantação exige um esta-

belecimento de prioridades para essas repartições, na seleção dos subtenentes e sargentos. Não se pode olvidar de analisar a pasta de alterações de cada militar para determinar a sua função na unidade.

Há necessidade de ser constituída uma equipe composta pelo Comandante da Companhia, dois oficiais e quatro subtenentes/sargentos, que devem ser designados para as suas funções com doze meses de antecedência da data de previsão de implantação da OM, realizando o planejamento administrativo e operacional no primeiro semestre e ultimando a sua instalação na segunda parte do ano. Precisa-se prever a construção de PNR para atender às necessidades dessa equipe.

Os cabos e soldados devem ser recrutados na própria Amazônia, por já conhecerem as particularidades da região, principalmente as relacionadas com o campo psicossocial. Apesar das precárias condições de ensino nessa área, consegue-se formar o habitante do local nas diversas qualificações militares, mesmo aquelas mais técnicas. Além das dificuldades de aclimação,

aqueles oriundos de outras regiões do país não passam por um processo de seleção nas suas OM de origem que, naturalmente, escolhem os melhores para engajar na própria unidade.

A elaboração do Quadro de Distribuição de Efetivos da OM precisa ser objeto de estudo minucioso, adequando-se às peculiaridades do emprego tático do elemento terrestre em operações de selva, particularmente nas unidades de apoio ao combate e apoio logístico.

Apesar de a incorporação do EV ser a principal meta do comando da OM, as atividades complexas de instalação de uma unidade implicam que ela ocorra somente após seis meses da implantação da OM, evidenciada pela existência de uma subunidade de elementos do NB em condições de emprego operacional.

O chefe da 1ª Seção tem que conhecer as minúcias das normas de movimentação relativas à região amazônica, impedindo a ocorrência de problemas graves no controle do pessoal e de seus vencimentos.

Os pioneiros da unidade não devem permanecer mais de três anos nas suas fun-

ções, face ao grande desgaste físico e mental que sofreram, possibilitando a correção de possíveis falhas em curto espaço de tempo e impedindo que se tornem problemas de difícil solução.

Os trabalhos burocráticos da 1ª Seção não podem ser retardados pela falta de máquinas de escrever, impondo que os documentos sejam manuscritos, inclusive os de circulação externa à unidade. A falta de uma informação nos escalões superiores, em um determinado momento, pode prejudicar seriamente a implantação da unidade no que se refere ao pessoal.

No Campo do Material

A formação de uma comissão, na Região Militar, dirigida pelo chefe do Escalão Logístico, é de vital importância para coordenar os trabalhos de organização de novas unidades em sua área de responsabilidade, que não podem ficar restritos apenas à área do material.

A organização da 4ª Seção, cujo embrião deve ser a equipe citada no item anterior, é um passo muito relevante nas atividades de instalação e implantação de uma unidade, possibilitando

as suas condições mínimas de funcionamento, através das tarefas de recebimento, conferência, colocação em carga e utilização de todo material, aquartelamento e residências.

Ao se criar uma OM na Amazônia, impõe-se a necessidade premente de dotá-la com material de campanha necessário ao cumprimento de suas missões operacionais, nos limites definidos pelo nível de Operacionalidade Plena (OP) e obedecendo-se rigorosamente à prioridade P1, a despeito da carência de recursos financeiros, e mesmo que demande um período de tempo superior ao planejado. A missão de comandar uma unidade operacional é muito dificultada, quando já se dispõe do efetivo previsto e não há equipamentos bélicos para o seu adestramento.

Os Quadros de Dotação de Material devem ser analisados pelo CMA antes da sua aprovação pelo EME, utilizando-se da experiência das unidades de selva para dotar as novas OM com o máximo de material que aproveitem os recursos naturais da região, principalmente os rios, para o transporte de pessoal e equipa-

mentos. Precisam ser compatibilizados com os QDE, viabilizando o emprego operacional da unidade.

Torna-se impositivo o transporte de material de alojamento, de provisionamento, de saúde e de escritório, além de viaturas e armamento em quantidade suficiente que permita a instalação do núcleo de implantação da OM, cujo efetivo dependerá do tipo e natureza da unidade, de sua localização, do estágio atingido nas suas atividades de implementação, entre outras condicionantes.

Deve-se buscar o apoio da FAB e da Marinha de Guerra no transporte do material para suplementar os trabalhos das Companhias de Transporte do Exército e possibilitar economia de recursos financeiros, destinando-se mais verbas para a aquisição de material.

As Diretorias precisam fornecer toda a documentação básica relativa às suas áreas de competência, através das RM e em coordenação com o EME, que não deve olvidar da legislação atinente à instrução militar.

A atuação da 4ª Seção tem que ser extremamente meticulosa no recebimento

dos diversos materiais, principalmente daqueles fornecidos diretamente pelos fabricantes, observando-se as cláusulas dos contratos de venda, que normalmente são remetidos às OM pelas Diretorias e estabelecem obrigações aos fornecedores. Por exemplo: recuperação de material danificado durante o transporte, instalação e manutenção de determinados equipamentos.

Qualquer contato com os fabricantes de material deve ser realizado através das Diretorias, que possuem os meios legais para fazer as devidas cobranças quanto ao cumprimento das obrigações contratuais. Os fornecedores civis podem ser acionados diretamente pela unidade para a instalação de equipamentos complexos, tipo central telefônica PABX e gabinete odontológico, havendo determinação das respectivas Diretorias gestoras para que as suas embalagens apenas sejam abertas pelos representantes técnicos dos fabricantes.

Os Termos de Recebimento e Exame de Material precisam ser confeccionados impreterivelmente no prazo regulamentar e com o número de vias previsto pe-

las normas de cada Diretoria. Há necessidade de serem cumpridas integralmente as prescrições do Regulamento de Administração do Exército (R-3), principalmente quanto à inviolabilidade dos invólucros e aos danos sofridos, considerando-se a precariedade dos meios de transportes da região.

A quantidade de material a ser recebida justifica a nomeação de uma Comissão de Recebimento e Exame de Material por bimestre, que deverá ser acionada mesmo após o término do expediente, e a execução de uma instrução de revisão para todos os oficiais sobre os procedimentos relativos a essa sistemática, previstos no R-3³⁴ e nas normas específicas das diversas Diretorias.

O Almoxarifado deve dispor de amplas e seguras instalações para armazenar o material até o processamento do seu recebimento e entrega ao detentor direto do material.

A falta de fornecimento de determinados mobiliários de escritório pelos órgãos provedores exige que a OM

se aproveite da madeira abundante na Amazônia para a confecção de mesas e estantes. Pode-se substituir o mobiliário de aço por móveis de madeira fabricados na região, que são de muito boa qualidade e de baixo custo, evitando-se dispêndio de recursos financeiros com atividades de transporte.

A unidade precisa informar à sua RM enquadrante o recebimento de qualquer material previsto nos diversos PPS, possibilitando um acompanhamento da distribuição de material a nível de EME.

O acompanhamento cerado da situação em material da OM exige a confecção e a permanente atualização de uma relação dos seus principais problemas, em ordem de prioridade e com as gestões empreendidas para solucioná-los, devendo abranger também os recursos humanos e financeiros.

O recebimento do aquartelamento implica a organização, pela RM enquadrante, de uma Comissão de Exame, Recebimento e Entrega de Obras, composta pelos representantes do Serviço Patrimonial Regional, da Comissão Regional de

Obras (CRO) e da OM usuária, que deverá ser o comandante da unidade, devidamente assessorado pelo Chefe da 4ª Seção.

A OM usuária do aquartelamento tem a atribuição de receber o imóvel, verificando o estado, a conservação e o funcionamento de suas instalações. Quando da confecção do Termo de Exame, Recebimento e Entrega de Obra (TEREO), deve listar, em documento anexo, todas alterações observadas nas dependências.

Quaisquer anormalidades na construção devem ser informadas à CRO, mesmo após a assinatura do TEREO, para que sejam feitas ações junto à construtora buscando as devidas correções.

A OM deve solicitar à CRO os seguintes documentos: Plano Diretor do Aquartelamento, as diversas plantas (elétrica, hidráulica, baixa, telefônica e de incêndio), especificações técnicas da construção, notas fiscais dos equipamentos fornecidos pela construtora e características técnicas do poço artesiano.

A formação e o consequente treinamento de uma equipe com a missão precípua de receber as instala-

³⁴ Regulamento de Administração do Exército.

ções do aquartelamento é de fundamental importância para minimizar os trabalhos com sua manutenção futura. Há necessidade de executar uma atividade minuciosa, rotineira e intransigente na busca da solução de todas as pendências pela construtora.

Os projetos arquitetônicos das unidades da Amazônia devem permitir as melhores condições de conforto, combatendo as adversidades do clima equatorial. As janelas das instalações não podem ser do tipo basculante e as coberturas de telhas de amianto são impróprias para a região.

A cozinha deve possuir condições mínimas de funcionamento na chegada da equipe precursora. A falta constante de energia elétrica exige que o gerador de emergência já esteja instalado.

A construção do aquartelamento com os dutos de água, de eletricidade e telefônicos aparentes facilita a execução de eventuais reparos.

Os PPS relativos à construção do aquartelamento e das residências precisam ser compatibilizados, possibilitando condições de moradia condignas para as famílias

dos oficiais, subtenentes e sargentos.

Há necessidade de se construir casas para os cabos e soldados do NB, em porcentagem inferior às dos oficiais e sargentos. Alguns deles vivem em condições de habitação bastante precárias, sem saneamento básico e eletricidade.

No Campo da Instrução

Apesar de os trabalhos de recebimento de material e das instalações merecerem uma prioridade elevada durante a instalação da unidade, a importância estratégica da região amazônica exige que a OM já disponha de uma subunidade operacional em condições de emprego por ocasião da sua implantação, podendo ser utilizada em situação de adversidade, principalmente nas ações de repressão às atividades ilícitas, predominantes nessa área do País.

O Comando da OM precisa preocupar-se em organizar com rapidez os seus elementos operacionais, procurando distribuir o mínimo de material para que os comandantes de subunidades adestrem os seus elementos do NB e tenham condições de incorporar o

EV no mais curto prazo. Enfatiza-se a necessidade de execução de estágios de adaptação ao combate na região amazônica para os militares do NB não oriundos de unidades de selva.

As instruções de Ordem Unida, Tiro, Treinamento Físico e as relacionadas com o combate na selva despertam grande interesse na recruta, principalmente essas últimas, por ele possuir perfeito conhecimento da fauna e flora da região.

A execução do treinamento físico deve ser rigorosamente obedecida por todos os militares da unidade, pois contribui sobremaneira para o aumento do espírito-de-corpo e relaxamento das tensões geradas pelas deficiências de material.

As características sócio-econômicas e culturais da população local implicam a execução, para o EV, de ensinamentos contínuos, conscientes e constantes, relativos aos atributos da área afetiva e higiene e primeiros socorros.

A realização da instrução nos Períodos de Qualificação e Adestramento implica a existência de um mínimo de equipamentos de campanha. Entretanto, na ausência de

material, os quadros da unidade precisam improvisar meios auxiliares de instrução e utilizar os recursos locais, principalmente os meios de transporte fluviais e terrestres, evitando a ociosidade da tropa, que resultaria em prejuízos para o estado disciplinar da unidade.

Apesar de todas as deficiências educacionais da região amazônica, não há necessidade de classificar na OM os cabos e soldados de qualificação técnica de difícil formação, originários de outras áreas do país; os quadros da própria OM possuem condições para torná-los especialistas. Ocorrendo falta marcante de material, pode-se formá-los em Belém ou Manaus.

Os Programas Padrão de Adestramento das unidades de apoio ao combate na Amazônia devem ser confeccionados para atender às necessidades específicas das operações de selva. A experiência da 1ª CiaComSI necessita ser aproveitada para formação de uma doutrina de comunicações mais compatível com os nossos meios disponíveis, em material e pessoal.

A predominância do meio rádio no apoio de co-

municações ao combate na selva e a grande descentralização das ações táticas exigem que as Companhias de Comunicações de Selva possuam a seguinte organização: um Pelotão de Comando e Serviços, dois Pelotões Rádio e um Pelotão de Centro de Comunicações (centro de mensagens, equipamentos de multicanal e material fio).

No Campo Psicossocial

A aclimatação dos militares com as respectivas famílias às condições de vida peculiares da região amazônica necessita, fundamentalmente, da existência de residências, principalmente para o universo dos oficiais, subtenentes e sargentos.

A elaboração, pela equipe precursora, de um folheto explicativo sobre as características sociais, econômicas e culturais da cidade e a situação atual da OM, que deverá ser remetido para o militar transferido em tempo hábil, facilita os seus preparativos particulares e minimiza o tempo de adaptação ao seu novo local de moradia.

As adversidades para implantação de uma unidade na Amazônia exigem o estabelecimento de um am-

biente de solidariedade entre os militares de todos níveis, cabendo à oficialidade a maior parcela de responsabilidade pela sua obtenção, implicando na realização de um acompanhamento sistemático, individual e cerrado dos problemas particulares dos seus subordinados.

A busca constante de soluções criativas para vencer as dificuldades da falta de material, a prática frequente de competições esportivas e a efetivação de reuniões de confraternização para toda OM fortalecem o espírito-de-corpo da unidade. Deve-se estimular a competição sadia e camarada entre as diversas subunidades em todas as atividades empreendidas, com ênfase para manutenção de viaturas, treinamento físico, ordem unida e tiro.

Os quadros da unidade não devem ficar restritos ao cumprimento das tarefas previstas nos manuais e regulamentos. A simples execução de trabalhos manuais de manutenção do aquartelamento com os cabos e soldados tem um efeito multiplicador na aquisição da confiança e do respeito dos seus subordinados.

A criação da “mística dos pioneiros” contribui para aumentar a colaboração voluntária e natural de cada militar, enfatizando que o trabalho anônimo de cada um é fundamental para o sucesso da implantação da OM.

Qualquer iniciativa individual bem sucedida precisa ser elogiada e difundida para todo efetivo da unidade.

Há necessidade de o comando da OM utilizar todos meios disponíveis, inclusive os civis, para auxiliar seus subordinados e dependentes, nos casos de evacuação aeromédica e de traslado de corpo. A Seção de Saúde deve prestar assistência médica, inclusive aos dependentes dos militares, considerando a grande deficiência de hospitais na região amazônica.

Os comandantes de subunidade precisam orientar permanentemente seus cabos e soldados para que tenham uma situação financeira estável e só venham constituir família quando reunirem condições morais e psicológicas para contrair matrimônio.

Desde o início dos trabalhos de instalação, deve ser

mantido um relacionamento cordial e camarada com as unidades já existentes na guarnição e com entidades civis, públicas e privadas. O apoio de ambas, tanto em material como em serviços, pode ser fundamental para que a implantação da OM se concretize nas melhores circunstâncias. Avulta de importância o estreitamento das relações de serviço e

A criação da “mística dos pioneiros” contribui para aumentar a colaboração voluntária e natural de cada militar, enfatizando que o trabalho anônimo de cada um é fundamental para o sucesso da implantação da OM.

sociais com a Força Aérea Brasileira e a Marinha de Guerra.

CONCLUSÃO

A Nação Brasileira não pode admitir ingerência de qualquer país estrangeiro ou organização internacional nas terras da Amazônia, maior floresta latifoliada do mundo, rica em minerais de última geração, que desper-

tam a cobiça das nações do Primeiro Mundo, principalmente as que exercem a hegemonia do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e empregam os mais variados processos para atingir a meta de internacionalizá-la, apoiando-se, inclusive, em seu poderio militar.

Há necessidade de o Governo Federal incrementar, no mais curto prazo, as atividades de colonização, povoamento, desenvolvimento e segurança dessa vasta e complexa região do território nacional, permitindo uma integração mais efetiva ao restante do país.

As Forças Armadas do Brasil demonstram uma grande preocupação com a reestruturação dos seus meios nessa importante área estratégica, com ênfase para a sua defesa externa.

Apesar de toda escassez de recursos financeiros e de apoio do Congresso Nacional, o Projeto Calha Norte, no que se refere ao Exército Brasileiro, atinge, embora com limitações, o objetivo de vivificar a faixa de fronteiras ao norte do rio Solimões. O interesse mun-

dial de planetarização da região amazônica exige a sua expansão para toda área com uma participação mais efetiva dos ministérios civis.

Coerente com essa teoria, a Força Terrestre deve continuar mobiliando a Amazônia Legal com o máximo de unidades operacionais aptas a combater em ambiente hostil de selva. O dispositivo de expectativa planejado pelo Exército não pode prescindir das forças de cobertura de pronto emprego nas fronteiras e, fundamentalmente, de reservas locais fortes no interior da região.

As características marcantes da Amazônia nos quatro campos do poder nacional impõem que a Força Terrestre realmente disponha, no mínimo, de seis Brigadas de Infantaria de Selva para cumprir a sua missão constitucional de defesa externa, sem precisar mobilizar meios de outras áreas do país. As grandes distâncias da região requerem que essas brigadas possuam os seus elementos orgânicos de comunicações e apoio logístico em plenas condições de emprego.

Apesar da urgência do incremento da expressão

militar do poder nacional na Amazônia, o Exército só deve implantar OM nessa região quando dispuser dos recursos humanos e material que possibilitem o início das suas atividades com o nível de operacionalidade limitada (OL), atingindo a plena (OP) em um ano, ocasião em que seria incorporado o EV.

Embora a formação de novos recrutas seja a meta principal do comando da unidade em implantação, apenas deve ser realizada se a OM possuir a sua estrutura mínima de pessoal e material, não se admitindo que disponha de todo seu efetivo sem que o material de campanha básico ter atingido, sequer, o nível de operacionalidade restrita (OR), impossibilitando seu emprego operacional em uma situação real de combate na selva.

As características especiais da Amazônia exigem que as tropas terrestres estejam sempre aptas a desempenhar as suas missões de combate, independente de se encontrarem nas suas atividades de implantação. Os imprevistos podem ocasionar um grande número de baixas humanas, perfeitamente

evitáveis através de um adestramento contínuo, constante e altamente dependente das disponibilidades de material da OM orgânica da brigada de Infantaria de selva.

O planejamento previsto no SIPLEX-6 quanto à execução do PEEEx deve sofrer o mínimo de modificações pois prejudica sobremaneira as atividades a nível dos órgãos setoriais, principalmente responsáveis pela operacionalização das ações constantes do PDE.

Considerando dificuldades recentes de aprovação do Orçamento da União, os diversos PPS precisam ser compatibilizados continuamente, evitando que as unidades de selva sejam inauguradas sem condições básicas de funcionamento de seu quartelamento, principalmente no que se refere a material de intendência (alugamento, provisionamento e escritório). Não se admita a inauguração de uma unidade que disponha de aparelhos televisores sem possuir material para acomodar o seu pessoal e utensílios de cozinha para servi-lo.

Deve-se otimizar as atividades de gerenciamento do funcionamento do PDE

informatizando-as e exigindo o envio de informações contínuas e constantes pelos órgãos regionais, possibilitando a adaptação consciente do planejamento pelo EME, com o estabelecimento de prioridades entre os diversos projetos da Força Terrestre e evitando-se os pedidos informais.

O êxito na implantação de uma OM na selva amazônica depende da qualificação profissional dos seus pioneiros, implicando na execução de uma seleção rigorosa do seu pessoal NB, independente de a região não oferecer atrativos de interesse particular. A Amazônia não deve ser considerada "colônia penal" ou a solução econômica para militares desestabilizados financeiramente.

Os trabalhos de instalação e implantação de uma OM requerem, dos seus quadros, uma dose elevada de sacrifícios, liderança, imaginação, criatividade e força de vontade para vencer os obstáculos decorrentes da exigüidade de material e de adaptação às condições de vida típicas da região.

Há que se prestigiar o elemento humano da área para a formação do NB de

cabos e soldados, mesmo nas qualificações militares mais técnicas, evitando-se a ocorrência de graves problemas disciplinares e sócio-econômicos. Ressalta-se a importância do relacionamento estreito, cordial e fraterno com as OM já instaladas na guarnição e as entidades da sociedade civil, públicas e privadas, principalmente na cessão de material por empréstimo e na obtenção de facilidades para assistência médica dos militares e seus dependentes.

A indústria e o comércio da Amazônia podem diminuir os custos para implantar uma OM, caso o Exército decida dotá-la com mobiliário de escritório, de alojamento e para refeitório confeccionado por fábricas de móveis da região, e com equipamentos elétricos e eletrônicos adquiridos na Zona Franca de Manaus.

A falta de recursos financeiros do País impõe uma ampla utilização dos meios da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra nas atividades de transporte de material, as quais precisam ser sensibilizadas, a nível de

ministérios militares, sobre a importância do seu apoio nessa região para a Força Terrestre.

A grande quantidade de material a ser recebida em curto espaço de tempo e a precariedade dos meios de transporte da região implicam o cumprimento de todos os preceitos regulamentares e normas das Diretorias relativas ao seu recebimento e exame. Há necessidade de uma conferência meticulosa dos equipamentos e de rapidez e eficiência na sua correspondente implantação no PATRIMEX.

No que se refere ao recebimento das instalações, as IG 10-29³⁵ devem ser rigorosamente obedecidas pelos representantes dos órgãos patrimonial, técnico e usuário na Comissão de Recebimento e Exame de Obra (CREO), fundamentalmente quanto à viabilização da ocupação e da utilização do aquartelamento.

As especificações técnicas da obra constituem-se no elemento primordial para o sucesso da CREO na verificação da construção das dependências da OM, devendo

³⁵ Instruções Gerais para o Planejamento e Execução das Obras Militares.

o representante do usuário da obra saber interpretá-las.

Os projetos dos quartéis na Amazônia necessitam ser analisados por prováveis usuários, aliando a vivência prática ao conhecimento técnico, para facilitar o seu emprego futuro, além de atenderem aos requisitos determinados pelas IG 10-29, 1980 (Art. 47): *Os aquartelamentos devem ser simples, funcionais, agradáveis, confortáveis, austeros e adequados às condições climáticas locais, adotando-se acabamento que lhes confira a sobriedade e dignidade compatíveis com a sua finalidade.*

O desconhecimento, pelas firmas construtoras, da realidade amazônica gera atraso na entrega da obra. Deve-se, assim, priorizar a construção de aquartelamentos por firmas da região ou com experiência na mesma, bem como utilizar a técnica de construção dos aquartelamentos dos Pelotões Especiais de Fronteira, ampliando-a para o escalão unidade.

As condições de moradia da região e o conseqüente decréscimo do rendimento dos trabalhos no quartel exigem que uma OM apenas

seja implantada na Amazônia com a existência de PNR para todos militares do NB, dentro dos limites estabelecidos pelas IG 10-29, inclusive nas guarnições que já possuam outras unidades. Não se deve inaugurar uma OM e apenas no ano seguinte construir as residências para os seus oficiais, subtenentes e sargentos.

Quando o gerenciamento constatar que não há condições de implantar uma OM na Amazônia dentro do prazo previsto no cronograma de implementação e existir a necessidade estratégica de ativá-la, torna-se necessário harmonizar o planejamento, para permitir o seu funcionamento estático e operacional ao final do ciclo com apenas uma subunidade operacional e a companhia de comando e serviços, implementando-se sucessivamente uma subunidade ao final de cada ano. Apenas a necessidade da presença do Exército em local importante para a defesa da Amazônia justifica implantar uma unidade em condições tão adversas.

Nas agruras da selva amazônica, um planejamento consciente, eficaz e contínuo com um eficiente sistema de

gerenciamento de todos os escalões envolvidos, minimizará a necessidade de improvisação e os sacrifícios dos pioneiros das unidades do Exército Brasileiro.

A selva não admite "amadorismo" e a Amazônia Brasileira é um legado dos nossos antepassados que deve ser preservado a todo custo.

ANEXO 1:

Principais Pendências Registradas no Termo de Recebimento Provisório do Aquartelamento

Inexistência dos projetos de incêndio (não havia nenhum extintor de incêndio) e instalação telefônica (interligação entre os pavilhões), bem como a falta da rede externa até o distribuidor geral; instalação elétrica com apenas um transformador - faltavam ainda dois; quadras polivalentes com demarcação errada e desmoração do fosso da pista de pentatlo militar; ausência das bombas de óleo diesel e de gasolina do posto de combustíveis; necessidade de manutenção dos equipamentos da cozinha e falta de alguns componentes - o aquecimento solar e o

compressores das câmaras frigoríficas não funcionavam; a cobertura da garagem não possuía juntas de dilatação, gerando a quebra de muitas telhas (a construtora teve de refazer toda a estrutura metálica); não fornecimento das notas fiscais dos equipamentos da cozinha e da garagem; problemas de erosão no campo de futebol, PPM e garagem.

A construção do quartel apresentou ainda as deficiências abaixo relacionadas, que foram sanadas pela firma construtora até o recebimento provisório da obra: arruamento cedendo e grande número de fissuras na parede; poucas passagens para circulação entre os pavilhões; bomba do poço artesiano com pouca potência – danificou-se após dois meses de uso; existência de mangueira de incêndio no 2º piso do pavilhão do comando sem o correspondente ponto de água; escoamento de água deficiente em alguns banheiros e pias; cisternas do castelo de água com vazamento, bem como sistema elétrico do seu comando automático inoperante – teve de ser todo refeito; presença de cupins no madeirame dos telhados, houve necessidade de

execução de tratamento adequado em todos os caibros e vigas; inexistência de telhas nas janelas da enfermaria e de todos alojamentos; falta de vinte e cinco lâmpadas fluorescentes nas varandas do pavilhão subunidade; uma caixa de água do pavilhão de terceiros com a tampa quebrada; portas e janelas de ferro defeituosas e sem as segundas vias das chaves; inexistência do filtro de água industrial de 5 (cinco) velas da cozinha, além da falta dos manuais de toda maquinaria; inexistência de tomadas para telefone em algumas salas; afloramento do tanque de combustível de óleo diesel; ausência das caixas separadora e receptora de óleo no posto de lubrificação; sistema de drenagem do campo de futebol deficiente; aterramento da sala de PABX fora da faixa de tolerância do sistema TELEBRÁS.

ANEXO 2:

Algumas Observações do Usuário Quanto ao Projeto de Construção da OM

Negativas:

As janelas do tipo basculante são impróprias para

as regiões de clima quente; as portas de ferro das salas são estreitas, obrigando a dessoldar os pés das mesas para colocá-las no interior das repartições; reserva de armamento pequena e com portas de madeira sem grades de proteção; a sala do subcomandante tem um banheiro completo sem alojamento contíguo; inexistência de pátio interno para formaturas; tubulações elétricas e hidráulicas embutidas nas paredes; ausência de chapiscos nas paredes dos corredores internos; inexistência de salas para o oficial de dia, sargento de dia, comandantes de pelotão e recreação de subtenentes/sargentos; sala de recreação de cabos/soldados com apenas um ponto de energia elétrica; falta de uma passagem entre a cozinha e o refeitório de cabos/soldados; para abrir a sua porta principal, havia necessidade de passar sobre o balcão térmico; inexistência de telhas nas janelas dos refeitórios; ausência de registro geral da rede hidráulica em todos pavilhões; falta de cobertura para os compressores das câmaras frigoríficas, além de estarem situados muito

próximos da central de gás; falta de previsão de pias na cantina e na barbearia; o paiol foi construído sem energia elétrica, guarita, rua de acesso, alojamento da guarda e cercamento; existência de apenas um poço artesiano para atender a todo quartelamento; falta de um local para o gerador de emergência; cobertura

dos pavilhões com telha de amianto.

Positivas:

Salão nobre e salas das seções do estado-maior espaçosas; existência de copa no pavilhão do comando; sala de instrução com sala de meios contígua; existência de salas de recreação para oficiais e cabos/soldados;

alojamentos, vestiários e banheiros amplos; lavanderia para cabos/soldados com área de sol e mesas de passar em alvenaria; sistema de água quente por energia solar no rancho; concepção do pavilhão de terceiros, cozinha, garagem e corpo da guarda; área para banho de sol dos presos no corpo da guarda.

ATUALIZE SEU CADASTRO

A BIBLIX quer levar suas publicações até você em qualquer parte do Brasil ou do exterior. Se você mudou de endereço, ou deseja fazer alguma alteração junto ao nosso cadastro, preencha por favor o formulário abaixo indicando somente seu nome e a informação que deverá ser alterada. Obrigado!

NOME

ENDEREÇO para correspondência

CIDADE

UF

PAIS

CEP

DATA DE NASCIMENTO

SEXO

Masc

Fem

IDENTIDADE e órgão emissor

CPF

ORGANIZAÇÃO ONDE TRABALHA

ENDEREÇO PROFISSIONAL

MILITAR

POSTO / GRAD (se militar)

Ativa
 Reserva

PROFISSÃO (se civil)

CIVIL

REVISTA QUE ASSINA

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

REVISTA MILITAR DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Praça Duque de Caxias, 25 - Ala Marechal Dias - 3º andar - Centro - Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20221-260

Ligação Gratuita de todo o Brasil: (0800) 23.8365

Telefax: (021) 519.8588 - E-mail: biblix@ism.com.br